

Programa e Plataforma do PCB para as eleições municipais de 2024

Programa dos Comunistas: Construir o Poder Popular no Rumo do Socialismo.

O PCB tem como eixo estruturante de sua proposta a construção do poder popular, que visa alterar a atual lógica política de mera representação buscando formas de democracia direta, que quebrem o poder das classes dominantes municipais e a centralização burocrática da política, neste sentido, entendemos que a vontade coletiva dos trabalhadores e do conjunto da população deve predominar sobre os interesses das frações da classe dominante. Uma administração pública na ótica comunista deve levar em questão não só a socialização da política, mas, também socialização do poder, pois, entendemos que no atual quadro da democracia brasileira, a vontade coletiva da maioria da população está obstaculizada pela atual forma do sistema político representativo, que é definido em última instância pelo poder do econômico dominante.

Por isso a construção do Poder Popular não passa por nenhuma ilusão reformista de cunho social-democrata, entendemos que as transformações estruturais se darão com rupturas revolucionárias e não com um conjunto de reformas no interior da ordem, as eleições são para os comunistas um momento de promover a conscientização política através da agitação e da propaganda do ideário socialista e comunista, fazendo com que os trabalhadores e a juventude trabalhadora e pobre se atinem para a importância da participação direta deste no processo de tomada de decisão. Se eleitos, iremos realizar uma administração funcione como um mecanismo pedagógico de educação dos trabalhadores para o exercício do poder, para tanto entendemos que a palavra de ordem que norteia a construção do poder popular pressupõe: todo poder aos conselhos, estes na nossa administração atuarão de forma deliberativa definindo os rumos da gestão municipal, bem como, qual a melhor forma e prioridades no que tange a aplicação dos recursos execução dos programas e ações do governo do município; No parlamento, daremos informações e indicadores para sustentar as ações dos conselhos populares e comunitários. Isso significa que são dois os eixos principais da campanha a se desdobrarem em todo o leque de temas pertinentes ao Município.

Um Programa Anticapitalista para as Cidades

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) compreende que a atual crise social, econômica e política é uma expressão da decadência do sistema capitalista e de suas mazelas. O desmantelamento de direitos sociais, aumento da exploração e a intensificação de um modo de produção que visa apenas obter maiores lucros e rentabilidade para os capitais, mercantiliza e descarta vidas humanas, em especial dos trabalhadores. A atual crise traz consequências trágicas para a classe trabalhadora.

É urgente a revogação da emenda constitucional 95 que congela os gastos públicos e o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que impede os aumentos salariais e avanços significativos nas carreiras dos funcionários públicos. Se o Estado continuar sucateando os serviços públicos de saúde, educação, cultura, saneamento básico e destruindo os direitos dos trabalhadores com reformas trabalhistas, previdenciárias e administrativas, não haverá medida paliativa que resolva.

Nestas eleições municipais de 2024, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresenta sua **PLATAFORMA COMUNISTA** com um Programa anticapitalista para uma governança comunista para as Prefeituras Municipais e a Plataforma política eleitoral das nossas candidaturas ao legislativo municipal. O momento eleitoral é propício para que o debate político se dê em torno das questões programáticas e do seu conteúdo histórico e ideológico, superando duas tendências equivocadas: a tentativa de conduzir a luta por caminhos reformistas ou pelo pragmatismo oportunista e o abstencionismo, o economicismo e o esquerdismo.

Nestas eleições trata-se de promover um grande movimento em favor da mudança radical na orientação do desenvolvimento econômico e social das cidades, que deve ser pensado a partir das necessidades dos trabalhadores, das trabalhadoras e das camadas populares, as maiores vítimas das formas brutais de exploração do trabalho e do crescimento urbano desordenado imposto pela ordem capitalista, quadro este responsável pela queda vertiginosa da qualidade de vida, pelo aumento da violência e das doenças, pela desigualdade de acesso à educação, ao conhecimento e à cultura, pela destruição do meio ambiente.

Por isso, lutamos por um modelo econômico que transfere renda dos capitalistas, latifundiários e especuladores para as classes trabalhadoras. O orçamento público deve ser pensado, na lógica do interesse das classes populares, com vistas a promover esse processo de transferência de renda. De um lado, taxando pesadamente o capital e combatendo a sonegação. De outro, investindo prioritariamente nas áreas sociais: educação, saúde, cultura, assistência social, reforma urbana e agrária, preservação ambiental, agricultura familiar e economia solidária.

Radicalizar a reforma urbana para além do atual Estatuto da Cidade é buscar promover a justiça social nas cidades. A moradia digna, a educação, a saúde, o saneamento básico, o transporte, a cultura, o lazer, ou seja, os serviços sociais públicos, com qualidade, são direitos do cidadão e como tal devem ser universalizados através do Estado. O controle democrático radical das políticas públicas se dará por meio da construção do Poder Popular, para promover a verdadeira revolução no parlamento municipal e na administração pública municipal, retirando o caráter de mercado dos serviços sociais e garantindo a sua universalização como direitos.

Revolucionar a educação e a cultura é construir um sistema educacional que rompa com a reprodução da ideologia dominante e a desigualdade de acesso ao conhecimento, à cultura e à arte universais, promovendo a escola pública integral e humanista, capaz de romper com a mercantilização da formação e da educação hoje vigente. Os enormes ganhos que a escola privada hoje obtém devem ser taxados para financiar a expansão da rede pública, contribuindo para o combate à lógica da reprodução capitalista que reserva à escola pública a formação para o trabalho assalariado.

Nós defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora. Defendemos a luta coordenada entre sindicatos, associações de moradores, pela construção de movimentos e fóruns de luta comum por reivindicações concretas. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões.

Somente com a mobilização dos trabalhadores e a participação popular organizada será possível realizar os objetivos gerais do Programa Anticapitalista do PCB para as cidades, cujos pontos centrais são:

PODER POPULAR! Por uma Cidade SOCIALISTA!

A vida na cidade reflete a vida no mundo. Por todo o mundo, sofremos diretamente os males do capitalismo: as fábricas se modernizam, menos trabalhadores são empregados. A situação se agrava ainda mais com o efeito das políticas ultraliberais, em vigor, no Brasil, direitos trabalhistas são retirados, sistemas de previdência e saúde públicas são desmontados, empresas estatais são privatizadas. Todas as garantias são dadas aos capitais. Tudo isto gera mais renda para os proprietários das fábricas, dos bancos, e mais miséria e desemprego para a maioria. Os jovens são desejados, pelo sistema, como consumidores. Mas, se são jovens pobres, são tratados com suspeição e violência.

As áreas nobres têm a melhor infraestrutura urbana e os melhores serviços sociais públicos. Nessas áreas se concentrou o gasto público nos últimos anos. A oferta de cultura, de moradia, de saúde e mesmo de segurança é controlada por empresas privadas que não têm interesse em baratear e melhorar os serviços. Esta é a razão da insuficiência da rede pública de saúde, do transporte precário e caro, da insuficiência dos programas de habitação para a população de baixa renda. A desigualdade é a razão profunda da violência, da perda do hábito de convívio fraterno e do usufruto conjunto dos espaços públicos, do lazer, do esporte, da participação política.

O poder político vem sendo exercido nas cidades brasileiras para favorecer as camadas ricas da população e dar apoio aos interesses privados, para as empresas de ônibus, para os investimentos imobiliários. Ao mesmo tempo, são pagos baixos salários para os servidores públicos - os policiais, os profissionais da saúde e da educação e todos os que têm o dever de zelar pela qualidade de vida da população. Investem muito pouco com o transporte de massas, e a população não tem acesso às principais instâncias do poder político.

Ao nos lançarmos na disputa eleitoral, dialogamos com o conjunto da classe trabalhadora propondo a retomada dos serviços públicos de qualidade e o acesso de todos aos serviços sociais e urbanos e a repartição mais justa da renda pela geração de empregos. Propomos a criação do Poder Popular, com delegados eleitos diretamente em cada bairro, para que a população possa participar diretamente das decisões e exigir o que é seu. Queremos a participação efetiva dos jovens. Queremos um novo Plano Diretor que aponte para o desenvolvimento justo e equilibrado da cidade, sem sujeição aos interesses privados. Propomos a maior oferta pública de escolas, hospitais, teatros, cinemas, programas de habitação. Nossa campanha coletiva pertencerá a todos aqueles que lutam pelo poder popular e pelo socialismo. Que nossa campanha coletiva seja um exemplo de organização popular! Participe!

Democracia Direta e Poder Popular.

- Construir o Poder Popular significa instituir a democracia direta, de forma a que os trabalhadores e as comunidades proletárias possam experimentar mecanismos de participação e decisão política, através dos Conselhos Populares. Trata-se de um longo percurso, no qual os trabalhadores devem ir construindo no interior da velha ordem os elementos constitutivos e organizativos da futura ordem socialista. As lutas populares no âmbito do poder local colocam, cada vez mais, na ordem dia o protagonismo dos trabalhadores e das massas populares, que buscam criar meios institucionais para que seus interesses e necessidades sejam defendidos com independência e autonomia, não se prendendo aos limites da atual ordem institucional, mas inovando e criando novas formas de poder político, no sentido da democracia direta.

- Por isso, propomos a construção de órgãos de poder proletário e popular que, atuando na forma de conselhos autônomos da classe trabalhadora, exercitem o processo de gestão e deliberação sobre os assuntos que dizem respeito diretamente às massas populares, além de ações diretas para solucioná-los. É necessário organizar a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e moradia, pelo acesso universal à saúde, à educação e aos serviços fundamentais, não apenas como ampliação de serviços públicos, mas pelo controle do processo e da qualidade da execução das políticas públicas.

- Será preciso organizar também formas de abastecimento e controle popular de distribuição dos bens essenciais à vida, desenvolver uma solidariedade ativa entre as categorias e setores sociais, fomentar interesses comuns e a necessidade de uma nova forma de organização da produção social da vida para além do mercado e da lógica do capital. E ainda: organizar a cultura proletária e popular como acesso e produção universal de bens culturais, formação política, conhecimento da história, do funcionamento da sociedade e da luta internacional dos trabalhadores, para além da formação técnica e profissional.

- Os Conselhos Populares nascerão das experiências concretas de lutas dos trabalhadores, partindo mesmo de organismos já existentes, como associações de moradores, conselhos comunitários nos bairros, sindicatos, organizações nos locais de trabalho, comitês da juventude, movimentos de moradia, luta contra o desemprego, contra privatizações, luta pela terra, fóruns comuns de mobilização envolvendo bandeiras gerais como a saúde, a educação, os transportes, a defesa do meio ambiente etc). Cabe aos militantes comunistas a intervenção organizada nestes espaços, promovendo sempre a denúncia da ação do capital em todas as esferas da sociedade e da vida e apontando para a solução radical dos problemas vividos pelos trabalhadores. Fomentando a auto-organização dos/as trabalhadores/as através da ocupação de fábricas e empresas, com a formação de comitês voltados à organização da produção sob o controle dos trabalhadores; a ocupação de espaços ociosos (a serviço da especulação imobiliária) para a moradia popular; a ocupação dos latifúndios, com o propósito de organizar a produção cooperativada, sob a direção dos trabalhadores, etc.

- Depende de muita luta e organização a possibilidade de se constituir tal realidade, em que sejam colocadas frente a frente às alternativas antagônicas de ordenamento da sociedade: de um lado, o Estado burguês e os diversos mecanismos e aparelhos responsáveis pela reprodução e manutenção da ordem capitalista; de outro, as forças políticas e organizações sociais e populares, reunidas em torno do Poder Popular, defendendo uma nova ordem socialista.

PLATAFORMA COMUNISTA PELO PODER POPULAR – 21 PONTOS.

1. Pela construção do Poder Popular. Participação direta da população no processo de tomada de decisão e de execução dos programas e ações da Prefeitura e da Câmara.

2. Pela garantia da vida para toda a população da cidade: abrigo e alimento para todos.

3. Pela universalização do acesso e retirada do caráter de mercado dos serviços urbanos básicos: saneamento, água, luz, gás, pavimentação de ruas, equipamentos urbanos.

4. Pela recomposição dos salários dos servidores públicos municipais; negociação com todas as categorias de servidores municipais para o provimento de reajustes emergenciais de salários e ampliação dos planos de carreira. Pela realização de concursos públicos em todas as áreas. Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários dos servidores públicos municipais.

5. Pela ampliação da seguridade social: previdência, assistência, modernização da rede de Postos de saúde e hospitais públicos municipais com horário estendido; por um programa de saúde da família em horário estendido.

6. Pela estatização das empresas de ônibus e pela ampliação da oferta de transporte de massa público: trens, metrô, veículos leves sobre trilhos; pela criação da Companhia Municipal de transportes coletivos. Passe livre para os estudantes de escolas e universidades públicas!

7. Pela ampliação da oferta de programas públicos de construção de moradias populares.

8. Pela criação dos distritos culturais e ampliação de instalações esportivas - em cada bairro um cinema, um teatro, salas de espetáculo, instalações esportivas, campos de futebol estruturados, quadras poliesportivas e equipamentos de ginástica.

9. Pela conservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural da cidade.

10. Pela preservação e recuperação dos sistemas ambientais no município.

11. Pela garantia de segurança pública e dos direitos fundamentais da classe trabalhadora e da juventude!

12. Pelo fortalecimento sob controle popular das empresas públicas e autarquias municipais.

13. Pelo uso social da propriedade privada; utilização de áreas devolutas e de propriedade pública para uso social. Atuar junto a movimentos de luta por moradia para a criação de políticas públicas voltadas a ocupação de imóveis não utilizados, bem como auditar imóveis privados e públicos para usá-los a serviço da população sem teto e de baixa renda.

14. Pela promoção da conscientização política da população. Mobilização da população para as lutas por causas que transcendam os limites constitucionais da ação municipal, nos planos estadual, nacional e internacional.

15. Planejamento econômico e social participativo visando a promoção do desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social.

16. Ampliação de direitos e proteção social: alocação imediata da população desabrigada em imóveis desocupados, sem indenização aos proprietários, com garantia de condições de moradia. Emprego para a juventude. Abaixo a repressão à juventude. Pelo direito a cultura e ao lazer.

17. Criação de instrumentos de comunicação, sob o controle dos trabalhadores. Fortalecimento da rede de TV e rádio comunitária.

18. Promoção e assistência de cuidados no campo da saúde mental para os trabalhadores que dela necessitam. Em defesa do SUS 100% estatal, público, gratuito e universal!

19. Por uma escola popular, laica e crítica! Por uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Fortalecer é ampliar a rede pública municipal viabilizando a erradicação do analfabetismo no município e a promoção da educação integral, na perspectiva da politecnia e da formação omnilateral.

20. Pela criação da comissão da verdade, memória e justiça em âmbito municipal.

21. Em defesa dos direitos e das liberdades democráticas! Avançar na Luta anticapitalista e anti-imperialista! Pelo Poder Popular no rumo do Socialismo! A vida acima dos lucros!

PROPOSTAS DOS COMUNISTAS PARA FORTALEZA:

ECONOMIA (PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS, EMPREGO, RENDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO)

- Promover o Orçamento Participativo e Mobilizador, como uma gestão popular de orçamento com participação, controle e autonomia da classe trabalhadora; um orçamento pautado por demandas e necessidades de toda a classe trabalhadora, numa perspectiva de conscientização política que busque superar experiências passadas.

a. O orçamento Participativo e Mobilizador irá preceder e determinar toda a elaboração do orçamento público, do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

b. Os órgãos públicos, Secretarias, autarquias, empresas públicas, repartições, escolas irão, em suas respectivas áreas e atuações, garantir estrutura e possibilidades de mobilização para as realizações das Plenárias de deliberação, fazendo do Orçamento Participativo e Mobilizador um grande momento de mobilização política e participação cidadã da cidade.

- Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento com atribuição de centro de planejamento econômico que buscará centralizar e executar cientificamente as demandas postas no Orçamento Participativo e Mobilizador, superando a anarquia do mercado e ingerências de setores empresariais da burguesia no orçamento público.

O Instituto de Planejamento Urbano de Fortaleza (IPLANFOR) será responsável por realizar estudos, pesquisas ,levantamentos técnicos, estatísticos e demográficos, que auxiliem na viabilização das demandas do Orçamento Participativo e Mobilizador.

- Expansão da presença do Município para a universalização do acesso aos serviços urbanos (saneamento, água, luz, gás, telecomunicações, internet etc) e dos serviços sociais básicos (saúde, educação, cultura, lazer, segurança, habitação), visando à reversão do caráter de mercado hoje inerente a eles;

- Criação de empresas públicas municipais e controle popular das empresas públicas e autarquias municipais de transportes, saneamento, água, energia elétrica, Tecnologia da Informação, coleta de lixo e expansão dos serviços sociais, fortalecer os sistemas públicos de educação, saúde, transportes e garantir universalização do acesso ao serviço gratuito e de qualidade, com melhoria dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores;

Iremos priorizar a criação de empresas públicas em Fortaleza na área de distribuição de energia, coleta de lixo e saneamento, construção civil e zeladoria, tecnologia da informação e proteção de dados e também de abastecimento alimentar, numa política de criação de emprego, renda e combate à carestia.

Expandir o caráter da ETUFOR - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza, estatizando todo o serviço de transporte público de passageiros por ônibus (incluindo frota de ônibus e controle dos terminais). (Ver “Mobilidade Urbana e Transportes”.

- Elaboração de programas de geração de emprego e renda e serviços públicos de qualidade, tais como obras públicas com fiscalização direta da população, construção de moradias, ampliação das redes de saúde e educação, recuperação de prédios e instalações dos municípios, jardinagem e tratamento paisagístico, limpeza urbana, obras de saneamento e de construção de redes de abastecimento de água, ações preventivas de saúde, controle de trânsito, reflorestamento e recuperação ambiental;

Buscar o pleno emprego e aumentar a criação de empregos de carteira assinada.

Criar o programa Frentes de Trabalho do Povo, iniciativas do governo municipal que irão promover a empregabilidade para as demandas de infraestrutura urbana, construção civil e zeladoria da cidade, combatendo o desemprego e a prática da terceirização e privatização de serviços. (Ver no tópico “Infraestrutura”).

Extinção gradual da COFFOP - Coordenadoria de Fomento à Parceria Público-Privada e Concessões, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), e transformar a SDE em Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

Priorizar, no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, a promoção de empregos de carteira assinada, combater a informalidade e a precarização do trabalho.

Articular, no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, a empregabilidade de setores vulneráveis no mercado de trabalho como jovens, LGBTQs, mulheres, negros e negras, PCDs, através de políticas públicas intersetoriais (envolvendo secretarias e coordenadorias).

Apoiar estruturalmente e institucionalmente (apoio político, jurídico) trabalhadores pequenos comerciantes, a exemplo de feirantes do Centro da cidade (Feira da José Avelino, Buraco da Gia, etc) e de outros bairros, para que executem seu trabalho de forma digna e protegida da repressão, que só favorece os grandes lojistas e grandes comerciantes da cidade.

Planejar apoio estrutural, institucional e fiscal às iniciativas dos trabalhadores pequenos comerciantes da área do artesanato, moda e gastronomia, incentivando a economia local e a cultura popular. Planejar pólos gastronômicos e de artesanato na periferia.

Proteção das atividades econômicas locais de pescadores/as, marisqueiras/os, jangadeiros/as, artesãos e artesãs.

- Promoção do desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social, com a garantia do emprego, da moradia, da geração de renda e a dignificação

das condições de trabalho e remuneração do quadro de servidores públicos;

Realização de concursos públicos em toda a Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, promovendo todo o quadro do serviço público municipal para regimes estatutários e CLT em atividades fins, demovendo a o abuso do serviço temporário, a prática da terceirização e Organizações Sociais (OSs) nos órgãos, entidades e equipamentos públicos em geral. Para as atividades meios, a realização de Seleções Públicas.

Criar a Escola da Administração Pública Municipal Para o Povo, instituição que terá como atribuição promover formação técnica e cultural - de forma contínua e periódica - dos quadros do serviço público, buscando dotar esses profissionais de competência técnica, intencionalidade estratégica e senso de dever para com a coletividade.

Planejar no âmbito do serviço público municipal (através de seus órgãos, autarquias, fundações e empresas públicas) a aplicação do regime de trabalho de 30 horas semanais, uma bandeira do PCB, e dialogar com a demanda do movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Essa medida abrirá demandas para mais vagas no serviço público e será necessário o preenchimento através de concursos e seleções. Essa medida é uma política de qualidade do trabalho e também de geração de emprego e renda, que irá pautar o debate social e poderá emular e estimular o setor privado.

- Planejar isenção de taxas e cobranças de serviços básicos para os desempregados e proteção contra as ações de despejo por falta de pagamento do aluguel em caso de desemprego;

- Promover uma política patrimonial voltada para atender as necessidades do povo de Fortaleza. Quanto a vazios urbanos, prédios e terrenos, estes irão responder também a demandas populares como moradia, alimentação e segurança pública.

- Mapear e destinar os chamados vazios urbanos para a moradia popular, programas e ações de habitação, também numa perspectiva de ocupação de espaços e segurança pública.

- Aplicar o princípio da função social da propriedade, postos, inclusive nas Constituição Federal e também na Lei Orgânica Municipal (aplicação do artigo 194 da Lei Orgânica Municipal).

- Gestão fiscal que combata a carestia e facilite o consumo de bens e serviços essenciais.

Mobilizar o povo trabalhador de Fortaleza e Prefeitos Municipais para a revogação da Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU), a taxa do lixo, instituída por legislação federal, Novo Marco Legal do Saneamento.

Pressionar para que o Governo Estadual isente a tarifa de ICMS (tarifa estadual) o abastecimento de combustíveis de veículos que transportem alimentos, com o objetivo de diminuir o preço de itens da alimentação.

Planejar redução ou isenção de ISS (imposto municipal) para serviços relacionados a produtos e itens de alimentação.

Planejar aumento da alíquota de ISS sobre serviços relativos à segurança e transporte de valores privados, serviços relacionados à produtos nocivos à saúde (como álcool, cigarro), serviços relacionados à arma de fogo - para cobrir isenções de ISS relacionados à alimentação.

Planejar diminuição de ISS sobre serviços que se relacionem à medicamentos vendidos em farmácias localizadas na periferia. (Programa Farmácia Popular), com o objetivo de impactar na diminuição do preço de medicamentos nessas farmácias.

Articular e mobilizar prefeitos de municípios do Nordeste e de todas as regiões, bem como também toda a população, a pressionar o Governo Federal pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000), lei federal que dificulta - e em alguns casos restringe - possibilidades de políticas públicas municipais.

- Para auxiliar a cobrir despesas e investimentos, vamos priorizar parcerias com Bancos Públicos e bancos que não exigem do Governo Municipal a aplicação da receita neoliberal - como cortes orçamentários e austeridade.

Buscar parcerias para investimentos de habitação através da Caixa Econômica Federal.

Buscar parcerias para investimentos em infraestrutura e transporte através do BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, um banco de fomento.

Buscar parcerias para investimentos em abastecimento alimentar com o Banco do Brasil.

Buscar parcerias para ações de promoção ao emprego e renda com o Banco do Nordeste do Brasil.

Buscar parcerias para investimentos em obras e infraestrutura com o Novo Banco do Desenvolvimento - NBD.

Auditoria da dívida pública municipal com bancos privados.

Negociação da dívida do Município com Estado e União.

- Reajustes anuais de salários dos servidores públicos e implantação ou cumprimento dos planos de carreira elaborados a partir de ampla participação dos trabalhadores.

- Recuperação do patrimônio histórico e incentivo ao turismo cultural e ecológico;

PLANEJAMENTO URBANO

- Criação dos Conselhos Populares de Educação, Saúde, Transportes, Habitação, Meio Ambiente, Cultura, Esportes, etc, com representantes eleitos em cada bairro e distrito, para promover a conscientização política e a participação direta da população no processo de tomada de decisão e formulação dos programas e planejamento das ações do governo municipal, com acompanhamento e controle popular sobre a execução das políticas públicas para todos os setores;

- Articular a criação de associações de moradores em cada bairro de Fortaleza e garantir sua independência política e autonomia da Prefeitura Municipal.

- Garantia de participação direta na elaboração, implantação e revisão do plano

diretor da cidade;

Organizar, com com mobilizada participação popular, a atualização do Plano Diretor de Fortaleza, desatualizado desde 2009.

Combater o lobby de setores empresariais no Plano Diretor, priorizando necessidades e interesses da classe trabalhadora.

Priorizar, na construção do novo Plano Diretor, a participação dos movimentos populares, pesquisadores da universidade, sindicatos e associação de bairros.

- luta por condições adequadas de infraestrutura urbana (como calçamento, água encanada e saneamento, iluminação pública, rede elétrica, telefonia e outros elementos) e social, como segurança sob controle social, postos de saúde, escolas, transportes, assistência social e outros;

- Planejamento econômico e social participativo visando o crescimento ordenado da cidade, a promoção do uso social da propriedade e o desenvolvimento com qualidade de vida, priorizando ações voltadas às camadas populares;

- Reforma urbana centrada no uso social da propriedade e do solo urbano e de um plano de desenvolvimento social, apoiando a campanha nacional por um imposto progressivo sobre o capital, as finanças, as grandes propriedades e grandes fortunas (esfera federal), sob controle e fiscalização pelos trabalhadores, organizados no Poder Popular;

INFRAESTRUTURA URBANA

- Promover condições adequadas de infraestrutura urbana (como calçamento, água encanada e saneamento, iluminação pública, rede elétrica, telefonia e outros elementos) e social, como segurança sob controle social, postos de saúde, escolas, transportes, assistência social e outros;

- Para auxiliar o financiamento de investimentos na infraestrutura urbana, vamos priorizar parcerias com bancos públicos e parcerias que não exigem da Prefeitura Municipal a aplicação da receita neoliberal - como os cortes orçamentários e a austeridade.

Priorizar a busca por parcerias para investimentos em infraestrutura através do BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, um banco público de fomento e o Novo Banco de Desenvolvimento - NBD.

Auditoria de dívida pública municipal com bancos privados.

- Criar o programa Frentes de Trabalho do Povo, ações do governo municipal que irão responder a demandas de infraestrutura urbana na construção de moradia, saneamento básico e zeladoria da cidade, numa política planejada e integrada de emprego, renda, habitação e bem estar (Ver tópico “Economia” e “Habitação”).

- Apoiar a reestatização da Coelce (Enel).

- Empresa pública municipal para distribuição de energia elétrica (inclusive, aproveitando o potencial das energias renováveis).

- Projeto para transferir a fiação elétrica externa para o subsolo a médio e longo prazo.

- A curto prazo, buscar requalificar a iluminação pública, com uma iluminação mais efetiva (troca de lâmpadas, fiação, reformas de postes de iluminação, etc).

- Modernizar a tecnologia da sinalização de semáforos, tornando o trânsito mais eficiente, dinâmico, interativo e que priorize o pedestre.

- Manter uma boa sinalização das vias , com frequentes inspeções e zeladoria.

- Requalificação de vias e calçadas,

- Projeto de instalação de blocos intertravados nas vias de Fortaleza (dando prioridade às regiões marginalizadas que não possuem calçamento).

- Ampliação das ciclovias e ciclofaixas de Fortaleza.

- Criação de ouvidorias para ouvir a população a respeito do que é melhor para sua rua, bairro ou comunidade.

HABITAÇÃO

- Criação dos Conselhos Populares de Habitação, para participação direta da população na definição das políticas de moradia e controle popular sobre a aplicação das verbas públicas e fundos estatais voltados para este fim;

Os Conselhos Populares de Habitação irão dar direcionamento político aos demais órgãos relacionados, como a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), Coordenadorias da Habitafor, Fundo Municipal e Conselho Municipal de Habitação Popular de Fortaleza (COMHAP), Plano Diretor.

- Promover uma política habitacional pautada na perspectiva da reforma urbana e do direito à cidade, para além das limitações do Estatuto das Cidades e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

- Universalização do acesso à habitação de qualidade para todas as famílias;

Atenção especial para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, destinado a prover recursos para as políticas de moradia. Esse fundo deverá ser transparente e pautado pelos conselhos populares.

Buscar parcerias e linhas de crédito junto à Caixa Econômica Federal para políticas de moradia.

Planejar a criação de empresa pública municipal de construção civil, que poderá prestar serviços para programas e políticas de moradia (aproveitando brechas e tensionando politicamente as limitações antipopulares que possam existir na Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14133/21)

Criação de Coordenadorias voltadas a combater especialmente o déficit habitacional e também promover a moradia digna.

- Pela legalização das ocupações e contra a política de remoções;

Dotar a Coordenadoria de Regularização Fundiária com o objetivo de legalizar titulação de moradias das ocupações hoje existentes.

- Mobilizar a criação da Lei do Despejo zero (a exemplo de Piracicaba/SP).

- Reassentamento com infraestrutura urbana e moradia digna, próximo ao local da comunidade reassentada;
- Destinação das terras públicas para habitação de interesse social (famílias abaixo de um salário mínimo do DIEESE);
- Requalificação e destinação de prédios públicos desocupados para moradias populares provisórias, eliminando gradativamente o aluguel social.
- Ocupação dos vazios urbanos de Fortaleza numa perspectiva habitacional e também de segurança pública.
- Incentivar, com as Frentes de Trabalho do Povo, a fabricação de moradias pré-moldadas com baixo custo e finalidade essencial, a moradia.
- Combate à especulação imobiliária, pela aplicação da função social da propriedade;
- Taxação progressiva dos impostos sobre a propriedade (esfera federal);
- IPTU progressivo para imóveis residenciais particulares que estejam com imposto em atraso e desocupados.
- Articulação dos programas habitacionais e de implantação de infraestrutura com uma política de geração de emprego e renda;

Criar o programa Frentes de Trabalho do Povo, ações do governo municipal que irão responder a demandas de construção de moradia, saneamento básico e zeladoria da cidade e infraestrutura urbana em geral, numa política planejada e integrada de emprego, renda, habitação e bem estar (Ver tópico “Economia” e “Infraestrutura”).

- Envolvimento das universidades e dos institutos de pesquisa na implementação do plano de reforma urbana, com o redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano.

Garantir a participação de pesquisadores, professores, laboratórios e grupos de pesquisa na formulação do Plano Diretor da cidade.

MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTES

- Criação dos Conselhos Populares de Transportes, para deliberação sobre as políticas dos transportes públicos e de trânsito e seu acompanhamento, na ótica dos interesses e necessidades dos trabalhadores e das camadas populares, com a garantia da mobilidade urbana a baixo preço para todos e amplo debate sobre a qualidade dos serviços, os níveis justos das tarifas e o transporte público sem catracas;

- Prioridade ao desenvolvimento do sistema de transporte coletivo e de massa e integrado, com prioridade os modos aquaviário e ferroviário, interligados aos pedestres, ciclistas, skatistas, motonetas elétricas, bicicletas elétricas, carros comunitários, vans comunitárias, com VLTs, metrô e trens;

- Garantia de transporte gratuito para idosos, pessoas com deficiência, estudantes e desempregados;

- Garantia de transporte noturno em horários regulares;

- Expandir o caráter da ETUFOR - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza, estatizando todo o serviço de transporte público de passageiros por ônibus (incluindo frota de ônibus e controle dos terminais). Uma política de direito à cidade. (Ver “Economia”).

- Integrar ao aplicativo Meu Ônibus a função de compra de créditos de passagens (hoje a função está em outro aplicativo), melhorando praticidade da ferramenta.

- Criação de empresas públicas, não renovação de concessões, revisão dos contratos e aumento da fiscalização sobre as empresas privadas, com a encampação das empresas irregulares ou em situação falimentar, apontando para a construção de um sistema de transportes totalmente público;

- Implantação da tarifa zero, na perspectiva da municipalização dos serviços de transportes;

- Desenvolvimento de ciclovias, ciclofaixas e ampliação do programa Bicicletar para alcançar todas as áreas da cidade.

COMUNICAÇÃO

- Atuar na perspectiva da democratização da comunicação.
- Observar recomendações do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC).
- Apoiar a realização da segunda Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).
- Ajudar a construir um sistema de comunicação descentralizada e plural, enfrentando a monopolização.
- Estimular a criação de rádios comunitárias e proteger iniciativas de comunicação descentralizada hoje existentes.
- Incentivar que equipamentos culturais e da educação municipal (CUCAs, Centros de Cultura, Escolas, etc) estimulem a criação de jornais e boletins informativos para a comunidade local em torno dos respectivos equipamentos.
- Orientar que os equipamentos de comunicação da prefeitura (a exemplo da TV Fortaleza, Rádio Terra do Sol, etc) priorizem em suas grades de programação conteúdos que dialoguem com a produção da cultura popular.
- Parcerias com Rádio Universitária (UFC) para socialização da pesquisa e extensão universitária.

ABASTECIMENTO ALIMENTAR

- Programa Alimentação Popular, com restaurantes públicos e cestas básicas a preço subsidiado, para famílias cadastradas; abrigo e alimentação para a população de rua, com a utilização de imóveis do Estado para este fim;
- Programa Alimentação Popular irá Incentivar através de subsídios, investimentos e outras políticas públicas, a criação de hortas comunitárias e quintais produtivos.

- Recuperação e utilização de terrenos baldios urbanos, bem como áreas reservadas em praças públicas para a criação e manutenção de hortas comunitárias gerenciadas pela população local para uso próprio;
- Parcerias com mercearias e mercadinhos populares.
- Criar a Companhia Municipal de Abastecimento e Alimentação Popular.
- Incentivo à produção industrial e agrícola voltada para o abastecimento interno, ao desenvolvimento de infraestrutura e de empreendimentos nas áreas sociais, intensivas em trabalho e geradoras de bem estar, como habitação, transportes, educação, saúde e cultura;
- Programa de reforma agrária e de formação de cooperativas, voltado para a produção de hortifrutigranjeiros, articulada à criação de mercados populares para venda de alimentos e produtos do trabalho individual e cooperativo;
- Desapropriação de fazendas e criação de áreas de produção de pequeno porte no entorno da cidade, com a concessão do direito ao usufruto da terra sem direito de revenda;

MEIO AMBIENTE

- Criação dos Conselhos Populares do Meio Ambiente, com vistas à definição de políticas que busquem a preservação ambiental na lógica contrária do capitalismo e que avancem para além do discurso rebaixado do “marketing verde”;
- Plano de desenvolvimento e recuperação do meio ambiente, que inclua recomposição da cobertura vegetal, a recuperação de rios, lagoas, restingas, além de outros sistemas;
- Cumprimento e aperfeiçoamento da legislação municipal para que contemple a proteção ambiental, com forte taxação e penalidades às empresas destruidoras do meio ambiente;
- Criação de polos industriais para incentivo às empresas produtoras de mercadorias ambientalmente amigáveis, que utilizam energias renováveis, tecnologias limpas e promovam boas condições de trabalho;

- Incentivo à pesquisa, à produção e à distribuição de energia a partir de fontes renováveis, com destaque para as energias eólica, solar e de biocombustíveis;
- Políticas de estímulo ao consumo de energia gerada por fontes alternativas;
- Políticas de estímulo à captação de água da chuva nas novas construções, reformas e nas moradias populares;
- Programas de instalação gradual nas frotas dos veículos da administração municipal de GNV (Gás Natural Veicular);
- Construção de usinas de reciclagem de lixo, com tecnologia apropriada, com eliminação dos “lixões” e aterros sanitários existentes;
- Projetos de educação ambiental nas escolas e comunidades; coleta seletiva do lixo;
- Ampliação e conservação, sob controle popular, do número e da qualidade de parques e jardins na cidade.
- Projeto de arborização progressiva da cidade de Fortaleza (com utilização de espécies nativas).
- Projeto de saneamento básico (dando prioridade às regiões marginalizadas).
- Retirar os esgotos que correm para toda costa marítima de Fortaleza e multar todas as empresas responsáveis (utilizar o dinheiro das multas para o saneamento básico e projetos de pesquisa que ajudem a despoluir as águas de Fortaleza).
- Beira Mar mais arborizada com utilização de espécies nativas;
- Projeto para aquisição de frotas de ônibus elétricos;
- Projeto para Educação Ambiental.

- Participar do processo da transição energética em oposição ao “capitalismo verde” e os interesses mercadológicos do capital internacional e governos estrangeiros nesta pauta.
- Desenvolvimento e investimentos nos órgãos de defesa ambiental.
- Concursos para os órgãos e entidades de defesa ambiental.
- Mapear áreas onde ocorre descarte incorreto de lixo e verificar as condições socioeconômicas da população que ali reside para verificar o motivo do descarte.
- Projetos para expandir a educação ambiental na perspectiva anticapitalista.
- Projeto para reverter a eutrofização de corpos hídricos (utilizar-se da ajuda da universidade, assim como da população).
- Projeto para ampliação da defesa das áreas verdes com constante inspeção de órgãos públicos.
- Realocar comunidades que vivem em zona de alagamento para as moradias populares (incluir essas pessoas no programa Frentes de Trabalho do Povo).
- Restringir a construção de edifícios na orla de Fortaleza.

SAÚDE

- Criação dos Conselhos Populares de Saúde, que reúnam os trabalhadores e suas organizações, nos locais de moradia e de trabalho, com vistas a aprofundar as lutas contra a privatização e pela universalidade do acesso à saúde pública, estatal e de alta qualidade;
- Expansão da rede pública, para garantir o acesso universal ao sistema de saúde gratuito e de qualidade, com ações integradas e preventivas de saúde;
- Aumento imediato dos salários dos profissionais de saúde e implantação dos planos de carreira, com o fim dos contratos precários e da flexibilização das relações de trabalho;

- Criação e expansão do programa de Saúde da Família, para acompanhamento sistemático da saúde da população, com a formação de agentes de saúde para a realização de um efetivo trabalho integrado dos profissionais da saúde com a comunidade, através de visitas domiciliares, controles de epidemias, acompanhamento efetivo de pacientes com doenças crônicas, prevenção de doenças da infância, incentivo ao aleitamento materno etc;

- Fim dos contratos com as Organizações Sociais, ONGs, terceirizações e demais medidas privatizantes adotadas a partir do sucateamento da rede pública de saúde;

- Saneamento básico e provimento de água potável para toda a população;

- Criação de centros de esporte e lazer na cidade; Recuperação e modernização de praças e parques para atividades esportivas e de lazer;

- Implantação de programas de atendimento a gestantes, crianças e paciente crônicos; programa eficiente de saúde da mulher;

- Políticas públicas efetivas e eficazes de promoção dos direitos da saúde da mulher, das juventudes, quilombolas, indígenas, LGBTI+ e negros e negras.

- Criação de farmácias vivas nas unidades básicas de saúde para promover o tratamento baseado em evidências no que diz respeito ao uso de plantas medicinais;

- Estímulo aos programas de educação em saúde para os diversos públicos a fim de garantir maior letramento em saúde e, consequentemente, mais autonomia em saúde;

- Ampliação dos horários de atendimento das unidades básicas de saúde para desafogar o sistema de saúde e permitir o acesso da população ao atendimento de saúde no período noturno e aos finais de semana;

- Ampliação do serviço veterinário municipal com o controle da população dos animais de rua a partir da realização de mutirões de castração e vacinação desses animais, bem como da realização de um censo para o conhecimento dos números dessa população;

- No equipamento de saúde mental (CAPS) aumentar a quantidade de profissionais atuantes na rede, especialmente psicólogos, considerando a superlotação e a demanda não atendida pela quantidade insuficiente de psis. Há disparidade na quantidade de médicos psiquiatras e de psicólogos.

- Fortalecimento e ampliação da participação comunitária nas unidades básicas de saúde.
- Garantir e potencializar as atividades psicoeducativas, grupos terapêuticos e atividades artísticas/culturais com frequência e a participação popular nos equipamentos.
- Manejo e colocação de médicos e outros profissionais da saúde de acordo com a necessidade da população. Primeiro participa da atenção básica para depois se especializar. No Brasil, há mais liberdade, mas essa liberdade de escolha na área médica a se seguir, faz com que pouca gente queira trabalhar na atenção básica. Não basta o médico querer estar em determinada área, é preciso ter uma necessidade da população por aquela especialidade para que ele possa ocupar uma vaga, de acordo com um plano.
- Apoiar redução da jornada de trabalho para 30 hrs semanais também como uma política relacionada à saúde pública.
- Programa Saúde da Família (ampliação do atendimento médico voltado a prevenção, com atenção voltada à população marginalizada em primeira instância);
- Criação de Equipes Multidisciplinares de Atenção Gerontológica (EMAG), formadas por um médico (especialista em Geriatria ou diplomado em Gerontologia), psicólogo, assistente social e enfermeiro, que irão complementar a assistência médica integral do(a) médico(a) e enfermeiro(a) de família aos idosos frágeis ou em estado de necessidade.
- Pautar a ampliação das Policlínicas, UBSs (Unidade Básica de Saúde), UPAs (Unidades de pronto atendimento) bem como a modernização de seus aparelhos.
- Pautar ampliação das Farmácias Populares (trazendo remédios mais baratos e mais modernos).
- Criação e ampliação de políticas e instrumentos de amparo as mulheres que precisem fazer o aborto de maneira segura e gratuita.
- Saneamento básico (de imediato, nas áreas marginalizadas).
- Construção dos Conselhos Populares de Saúde para maior aderência do povo.

- Ampliação do CUCA (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), integrando esses aparelhos à políticas de saúde (prevenção, imunização, etc).

- Criação de Academias Populares com boa aparelhagem e que envolva tanto musculação como também outros esportes.

- Política de assistência a usuários de drogas (utilizar-se de métodos humanizados e em diálogo com especialistas).

SEGURIDADE SOCIAL, JUSTIÇA, DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIVERSIDADE.

- Criação dos Centros de Direitos e da Cidadania;

- Garantia de cobertura assistencial médica e social aos idosos e doentes crônicos;

- Prioridade orçamentária para a garantia da intersetorialidade das seguintes secretarias: Saúde, educação e assistência social.

- Rede de creches públicas;

- Programa de segurança alimentar, para a garantia da alimentação básica a toda a população;

- Programas de combate contra qualquer tipo de discriminação – racial, sexual, religiosa e outros;

- Políticas públicas voltadas à promoção da saúde integral da mulher, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos sociais e das relações de trabalho;

- Política pública de segurança, sob controle popular, para combater a violência com ações integradas de distribuição de renda e desenvolvimento social, associadas a uma ação policial prioritariamente investigativa;

- Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia, alimentação. É preciso garantir condições dignas de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país.

- Maior atenção no orçamento para políticas de seguridade social de âmbito municipal (Saúde, Assistência e Previdência sociais); articular campanhas de maior repasse federal.

- Casas de apoio e assistência médica e social para idosos, pessoas com deficiência e com doenças crônicas, que integrem e ofereçam serviços alcançando as três políticas.

- Criação de Centros Municipais de Cuidados às pessoas com deficiência, voltados à habilitação e/ou reabilitação da pessoa com deficiência, com contratação via concurso público de pessoal especializado (equipe multiprofissional), e acompanhamento integral às/aos cuidadoras/es, com oferta de serviços de atendimento psicossocial, e de cuidados com a/o cuidador/a (acupuntura, arteterapia, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, quiropraxia, reflexoterapia, terapia comunitária integrativa, yoga etc.).

- Reforço de programas alimentares existentes com realização de plantações de hortifrutas e plantas medicinais em unidades básicas de saúde de cada bairro, visando contribuir com a garantia de acesso a alimentos de qualidade, frescos e sem uso de agrotóxicos.

- Programa de apoio e valorização aos restaurantes comunitários, com subsídios para a garantia de qualidade nutricional, preços populares e gratuitos para pessoas de baixa renda, além de políticas culturais e de fortalecimento de vínculos nesses espaços.

- Programa de reforma e implantação de lavanderias comunitárias, equipadas com máquinas, a partir de mapeamento prévio, priorizando bairros com maior demanda e menor IDH, buscando o acompanhamento de profissionais, preferencialmente contratados pelo território, para a realização de atividades de fortalecimento de vínculo comunitário.

- Reforço do programa de combate à violência de gênero, havendo uma equipe de atendimento psicossocial (com formação especializada) sempre a postos para acolher as vítimas, fortalecendo o programa de abrigo temporário, bem como de geração de trabalho e renda para mulheres que buscam autonomia e independência financeira, priorizando-as nas políticas sociais de habitação a nível municipal.

- Políticas públicas voltadas à promoção da saúde integral da mulher em seus direitos sexuais e reprodutivos, direitos políticos e sociais e das relações de trabalho.

- Política redistributiva de aposentadoria de servidores municipais, para que todas/os/es recebam de acordo com o que trabalharam ao longo de seus anos empregados, para se alimentarem, morarem, terem acesso à saúde de forma digna.

- Política de assistência a trabalhadores/as informais, com oferta de cursos profissionalizantes de interesse da população nos Centros de Referência em Assistência Social, além da concessão e regulamentação de espaços, preferencialmente em praças públicas, para geração de trabalho e renda, com isenção de impostos para aquelas/es com renda familiar de até 2 salários mínimos.

- Política de regulamentação em âmbito municipal dos aplicativos de consumo para que seus/suas trabalhadores/as tenham seus direitos assegurados/as.

- Criação de um canal de denúncias contra qualquer tipo de discriminação por vias de telefonia e aplicativos, além de campanhas educativas de combate às opressões.

- Rede de acolhimento às vítimas de violência de gênero, racial, étnica, contra pessoas com deficiência etc., de preferência havendo casas de apoio em diversos pontos da cidade com assistência psicossocial e médica.

- Criar e publicizar programas educacionais contra essas formas de violência, além de promover rodas de conversa nos bairros e comunidades para elucidar as formas de violência e também a promoção de vivências coletivas e respeitosa entre pessoas heteronormativa e de pessoas com identidade de gênero e/ou orientação sexual distinta daquela.

- Política de segurança coletiva de ruas e bairros pelos próprios moradores/população para combater os diversos tipos de violência (urbana, de gênero, racial/étnico, religiosa e outros) e com a implantação de pontos de apoio, preferencialmente em praças públicas, que também possam fazer acolhimento das vítimas e promover a paz por suas redondezas.

- Democratização dos Conselhos Municipais, buscando ampliar as condições de participação popular.

- Plano de luta contra importunação sexual de mulheres nos espaços públicos, com contratação de pessoal para execução de projetos educativos, atendimentos psicossociais etc.

- Promover atividades culturais que disseminem a história e a cultura negra e indígena como forma de combater o preconceito a esses povos.

- Fortalecer políticas públicas voltadas especialmente para a juventude.

Incorporar o Fundo Municipal do Jovem Empreendedor ao Fundo Municipal de Juventude de Fortaleza, extinguindo gradualmente o fundo específico FMJE e reforçando a política pública para a juventude em toda sua diversidade e potencial.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Aumentar ações de inteligência, como a fiscalização administrativa dos estabelecimentos comerciais para impedir que o dinheiro do crime circule.

- Implementar políticas sociais para reduzir a desigualdade para que se tenha direito à cidade.

- Promover a ocupação do espaço público pelas pessoas.

- Combate às causas da crise na segurança pública:

Falta de renda para as camadas mais pobres, consequentemente levando-os para o crime;

Falta de oferta de emprego que ofereça boa qualidade de vida (geralmente, tais postos de trabalho mal remunerado são ocupados pelas camadas mais marginalizadas e exploradas);

Insegurança alimentar;

Falta de oferta de ensino de boa qualidade e de forma integral;

Falta de assistência aos moradores de rua e dependentes químicos, consequentemente, mas não necessariamente, transformando-os em potenciais vetores de violência;

Pouco ou nenhum desenvolvimento dos órgãos de assistência que atuam em defesa das mulheres;

Caráter militarizado dos órgãos e forças de segurança pública, resquícios institucionais da ditadura burguesa-militar de 1964.

Formação alienante e desumanizada dos profissionais da segurança pública;

Corrupção de agentes e em órgãos da segurança pública, acarretando no surgimento de milícias e grupos de extermínios;

Lavagem de dinheiro advinda do capitalismo de pilhagem (facções, milícias e outros grupos criminosos).

Falta de acesso a áreas de esportes e ambientes educativos nas comunidades.

Falta de medidas que lide com a situação das drogas de maneira educativa e responsável (questão de saúde pública); a famigerada “guerra às drogas”.

- Juntamente com o programa Frentes de Trabalho do Povo, oferecer maior empregabilidade às classes socialmente marginalizadas socialmente.

- Juntamente com o programa Frentes de Trabalho do Povo, oferecer garantia de acesso à moradia, alimentação, saúde (priorizar atendimento médico de prevenção a todos os trabalhadores) e educação (ensino imediato, gratuito e integral aos filhos e filhas dos trabalhadores assim como para os próprios trabalhadores caso haja necessidade e interesse).

- Utilização dos espaços vazios para construção de cozinhas solidárias e centros populares para alimentação, higiene e educação dos miseráveis;

- Desenvolvimento dos programas já existentes de apoio à mulher assim como a criação de novas políticas e novos programas que auxiliem de maneira breve e mais humana possível a mulher vítima das mais variadas violências.

- Garantir apoio psicológico a todo agente de segurança pública do município, assim como uma formação mais humanizada.

- Garantir ouvidoria à segurança pública para que esclareçam suas demandas (as demandas não poderão ser analisadas por integrantes da segurança pública e sim por uma rede de profissionais).

- Instalação de câmeras nos uniformes de toda a segurança pública do município;

- Toda a segurança pública será de controle popular (instalação de ouvidorias comunitárias para denúncia de abuso de autoridade).

- Criação de medidas que freiem o desenvolvimento de milícias, facções e grupos de extermínios.

- Programas de apoio a pessoas ameaçadas de morte e proteção a testemunhas.

- Mapear locais de maior incidência de crimes de modo a atuar com estratégias que garantam a segurança da população (garantir um maior número de patrulhas nos horários estratégicos).

- Mapear cadeias econômicas dos assaltos (motivação) para ressocializar o indivíduo da melhor maneira.

- Políticas de desencarceramento levando em conta os crimes cometidos pelos indivíduos e imediata ressocialização dos indivíduos.

- Ampliar o desenvolvimento de áreas de acesso ao esporte, educação e lazer (priorizar em primeira instância as áreas marginalizadas).

EDUCAÇÃO

- Criação dos Conselhos Populares de Educação, para, através do Poder Popular, promover a necessária revolução na educação, na lógica oposta à da mercantilização do ensino, da desigualdade de acesso ao conhecimento e à reprodução da ideologia burguesa;

- Taxação progressiva dos lucros obtidos pela rede privada, para financiar a expansão da escola pública; aumento da fiscalização sobre as escolas particulares, nos planos acadêmico, trabalhista e fiscal, com o descredenciamento, pelo Município, das empresas educacionais de baixa qualidade ou em situação irregular;

- Universalização do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, com elevação do padrão de qualidade do ensino, combatendo a lógica da reprodução capitalista e da dominação burguesa, que reserva aos alunos da escola pública a formação para o trabalho assalariado;

- Construção de uma escola universal, laica e libertária, que permita ao educando obter uma formação sólida, rica, crítica e abrangente, para levá-lo ao exercício pleno de suas potencialidades emancipatórias;

Promover uma formação cultural integral, desde a pré-escola e por todo o ensino fundamental, estimulando o desenvolvimento pessoal, psicológico, intelectual, técnico, artístico, desportivo, a consciência crítica e o contato com o meio ambiente.

Quanto ao desenvolvimento pessoal e psicológico, promover a educação sexual, agroecologia - horticultura, fruticultura, criação de animais - higiene pessoal, saúde mental, ensino de história e cultura afro-brasileira.

Quanto à formação intelectual, garantir o ensino de Filosofia, Sociologia, História - destacando a história pré-colombiana, história do Ceará e de Fortaleza - Geografia, Língua Espanhola.

Quanto à formação artística, garantir o acesso ao ensino de Artes, e estimular a criação e produção artística em suas diversas linguagens (artes plásticas, escultura, arquitetura, artesanato, grafite, literatura, música, dança, teatro, cinema, grafite, etc). Priorizar as perspectivas artísticas da cultura popular e respeitar a diversidade de manifestações.

Quanto à formação técnica, estimular o ensino e a prática de atividades que dialoguem com a pesquisa científica e tecnológica, informática, engenharias (incluindo engenharias estratégicas como a engenharia aeroespacial e nuclear, por exemplo).

Quanto à formação desportiva, garantir e estimular o ensino de Educação Física e a prática esportiva em toda sua diversidade (futebol, futsal, voleibol, handebol, basquete, tênis, artes marciais, atletismo, ciclismo, natação, esportes radicais, esportes náuticos, danças, xadrez, etc).

Quanto à formação do pensamento crítico, estimular a intencionalidade e propósito da educação para o desenvolvimento pessoal, econômico e social, a educação para servir as necessidades das comunidades e de todo o povo, e não para priorizar o mercado.

- Melhoria dos salários e das condições de trabalho dos profissionais de educação, com contratação apenas por concurso, fim das terceirizações e dos contratos temporários, aplicação dos planos de cargos e salários dentro do regime estatutário, elevação do padrão de qualificação e programas de formação continuada;

- Autonomia e gestão participativa nas escolas, com eleição para os cargos de diretores e garantia da participação das comunidades escolares nas decisões sobre o Projeto Político Pedagógico e nas demais políticas de interesse da população e dos trabalhadores;

- Programa de apoio econômico às famílias, com base na carência de cada uma e na existência de filhos e agregados matriculados e estudando nas escolas públicas municipais;

- Programas de construção de salas de leitura, bibliotecas, salas de informática com acessos a internet, áreas esportivas e instalações adequadas e condições materiais para o ensino de arte e educação física para todos os estudantes da rede municipal.

- Programas de envolvimento da comunidade com a vida escolar a partir da utilização do espaço escolar aos finais de semana com atividades que envolvam toda a população local, como cursos de culinária, pintura, noções básicas de cultivo, atividade física, etc. Para isso, aumentar o número de profissionais contratados com essa finalidade.

- Garantia de merenda escolar com qualidade nutricional, fortalecendo a agricultura familiar sem agrotóxicos e o envolvimento da comunidade;

- Embora uma gestão municipal esteja restrita às atribuições e prerrogativas de sua competência, iremos utilizar as possibilidades institucionais e políticas, inclusive da mobilização popular, para construir uma outra perspectiva da educação em todos os níveis, inclusive no ensino superior, técnico, todo ensino básico e pré-escola. Assim, agregamos em nossos programas as pautas do Movimento por uma Universidade Popular:

- VERBA PÚBLICA SÓ PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA!
- PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO!
- EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, UNIVERSAL, GRATUITA, LAICA, CRÍTICA E POPULAR!
- EM DEFESA DAS COTAS RACIAIS E SOCIAIS!
- PELO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO DOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS! PELA IMPLEMENTAÇÃO DO NOME SOCIAL EM TODOS OS SISTEMAS DAS UNIVERSIDADES!
- PELA AMPLIAÇÃO DAS COTAS PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS!
- PELO FIM DO VESTIBULAR! RUMO AO ACESSO UNIVERSAL AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO!
- EM DEFESA DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES TRABALHADORES! PELA PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO!
- EM DEFESA DOS ESTUDANTES DO PROUNI E DO FIES!
- POR ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS!
- EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ESTRUTURANTE, NEM UM CENTAVO A MENOS!
- EM DEFESA DO PASSE LIVRE UNIVERSITÁRIO!
- EM DEFESA DA DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA E DA PARIDADE ENTRE OS SEGMENTOS!
- ELEIÇÕES DIRETAS PARA REITOR! PELO FIM DA LISTA TRÍPLICE! ABAIXO OS INTERVENTORES!
- EM DEFESA DA EXTENSÃO POPULAR: UNIVERSIDADE PÚBLICA VOLTADA PARA A POPULAÇÃO TRABALHADORA!
- REVERSÃO DAS PRIVATIZAÇÕES DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS! FIM DA EBSERH!
- CONTRA AS TERCEIRIZAÇÕES E TODA FORMA DE PRIVATIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES!
- EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA!

- PELA UNIVERSIDADE POPULAR!

- Diagnóstico da situação das creches e escolas municipais de Fortaleza para reconhecimento, melhorias e implementação em bairros que demandem a ampliação do serviço.

- Criação de mais creches públicas de tempo integral, obedecendo a Lei Brasileira de Integração da Pessoa com Deficiência, garantindo desenho universal e a acessibilidade, a partir de mapeamento prévio, priorizando bairros com maior demanda e menor IDH.

- Serviço de atendimento psicossocial, com concurso público para assistentes sociais e psicólogas, em creches e escolas públicas da rede municipal de ensino.

- Formações continuadas de profissionais da educação da rede pública municipal na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência e da garantia da acessibilidade.

- Criação de canal de sugestões dos profissionais da educação, principalmente docentes, para tratar de críticas ao ambiente escolar, positivas ou negativas, que os façam sugerir melhorias, estando também em destaque as ações das secretarias de educação, da prefeitura, gestão etc, de modo a contribuir com o espaço democrático.

- Uso desse canal de sugestões também para contribuições nos documentos oficiais da escola, especialmente após o lançamento do Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor).

- Parcerias com as IES públicas de pedagogia e licenciaturas para contribuírem com o ambiente público das escolas nos programas de Aprender Mais, Fortaleza Bilíngue e outros programas de contratação de monitores educacionais nas escolas.

- Aumento da bolsa destinada aos programas referidos anteriormente.

- Fomento da qualidade da educação sem priorizar os resultados quantitativos das escolas.

- Diminuir as parcerias público-privadas das escolas e creches públicas.

CULTURA

- Criação dos Conselhos Populares de Cultura, para debater e decidir políticas públicas de incentivo às produções artísticas e culturais organizadas pela população nos bairros, distritos e

comunidades, com a mais ampla e irrestrita liberdade de manifestação popular nos campos cultural, intelectual e artístico, em contraponto à forma capitalista de criar, distribuir e consumir bens culturais;

- Cadastramento, recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade;

- Criação de Centros Culturais, com salas para acesso à internet, biblioteca, livraria, cinema, teatro, salas de leitura, espaço para dança e exposições;

Criação do Centros de Cultura Popular de Fortaleza, equipamentos que irão promover formação e produção artística de manifestações e perspectivas historicamente ligadas ao povo e a classe trabalhadora como o Teatro do Oprimido, Cinema Novo, poesia marginal, literatura regionalista e realismo social, literatura de cordel, danças e festa junina, reisado, carnaval de rua, maracatu, côco, samba, chorinho, forró, rap, grafite, etc.

Incentivar as iniciativas de produção cultural independentes já existentes.

- Fomento à produção de livros e abertura de livrarias; criação de mercados populares para a venda de livros e outros produtos culturais;

Proteção às iniciativas dos sebos de livros hoje existentes.

Incentivo e proteção das bibliotecas comunitárias e independentes que hoje resistem na periferia de Fortaleza.

- Programas de fomento a novos artistas, autores e grupos e de formação de público, garantindo os acessos amplos aos mais diversos gêneros de música, dança e artes plásticas;

- Apoio à criação e expansão de museus interativos.

Proteção aos Museus de bairros, a exemplo do Acervo Mucuripe, numa perspectiva de resgate histórico e valorização da memória. Incentivar a criação de novos museus de bairros.

- Por MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. Criação de espaços e atividades relacionadas ao resgate da nossa história de luta. Retirada de todas as homenagens a personagens ligados à ditadura civil-empresarial-militar. Rebatismo de ruas, prédios e espaços públicos municipais.

- Renomear a Praça Gustavo Barroso (Praça do Liceu do Ceará) para “Praça Belchior”. Ainda, substituir a estátua do líder integralista por uma estátua do cantor e compositor cearense.

- Fortalecimento à memória da cidade, a partir da criação de programas que visem a recuperação da história dos bairros e a criação de museus comunitários;

- Criação de centros do artesão e da artesã, com oficinas e valorização dos mestres e mestras de ofício;

- Apoio a feiras e outros eventos em regiões descentralizadas da cidade para acolher e elevar às mais diversas manifestações culturais da cidade.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Plano de desenvolvimento científico e tecnológico que aponte para prioridades sociais: emprego, saúde, educação, habitação, transportes, defesa civil, meio ambiente, habitação e desenvolvimento urbano.

- Organizar anualmente uma grande feira de inovação tecnológica para estimular e patrocinar projetos tecnológicos que dialoguem com demandas e necessidades populares.

- Empresa pública municipal de Tecnologia da Informação e Segurança de Dados para melhorar eficiência informacional da administração pública e preservar a segurança de dados dos fortalezenses e da administração.

ESPORTE E LAZER

- Universalizar o acesso ao esporte. Criar as condições estruturais para todos e todas praticarem esportes, independente de sexo, idade, condição social e física.

- Diversificar as políticas de esporte. Além do futebol, iremos estimular a prática de esportes variados, como futsal, voleibol, basquete, handebol, artes marciais, esportes radicais, atletismo, ginástica artística, tênis, esportes náuticos (surf, kitesurf, remo, vela) zumba, danças, xadrez, etc.

- Reforma e revitalização de todas as quadras esportivas da cidade, prioritariamente as localizadas na periferia.

- Tornar mais acessíveis e abertas à população as quadras esportivas das escolas municipais e as Areninhas.

- Proteger da especulação imobiliária os campinhos de várzea e demais espaços de lazer e esporte amador.

- Articular um melhor uso do Centro de Formação Olímpica - CFO (equipamento do Governo do Estado), o maior conjunto de instalações esportivas do país, para melhor promover o esporte participativo e também o esporte de alto rendimento. Hoje o equipamento está sob gestão público/privado em parceria com uma Organização Social, Instituto Dragão do Mar.

- Promover o Projeto Periferia Atlética, um projeto onde iremos remunerar com bolsas os/as profissionais de Educação Física que desenvolvam projetos esportivos nos seus bairros (escolinhas de futsal, futebol, voleibol, basquete, handebol, artes marciais, esportes radicais, surf, kitesurf, zumba, danças, etc); um projeto voltado para o incentivo à renda, a saúde e ao esporte, na perspectiva do esporte para participação.

- Organizar o projeto Olimpíada Popular, evento esportivo que irá promover anualmente a competição esportiva no sentido do incentivo ao esporte, estimular talentos e envolver a juventude da periferia.

- Fortalecer e desenvolver os equipamentos da Rede Cuca.

- Planejar a construção de mais um equipamento da Rede Cuca na região do Serviluz, o Cuca João Saldanha, e avaliar a construção de equipamentos em outros locais da periferia de Fortaleza.

- Patrocinar atletas da periferia de Fortaleza que se destacam em competições esportivas nacionais e internacionais.

- Cooperação esportiva e intercâmbio atlético com Cuba, potência olímpica - 24° colocada no ranking de medalhas olímpicas em toda história (a frente do Brasil, 29°). (Ver ponto de Relações e Solidariedade Internacional, projeto Cidade Camarada).

TURISMO

- Coibir o turismo sexual, amparando as vítimas desse mercado com acesso à educação e a renda, e coibindo a prática criminosas (como aliciamento e abuso de menores, por exemplo) através da inteligência policial (colaboração, videomonitoramento, investigação).
- Mobilizar a prefeitura na luta em defesa das praias, contra a PEC da privatização das praias.
- Diversificar o turismo em Fortaleza, possibilitando e fortalecendo o turismo cultural, ecológico e desportivo.
- Combater a pressão econômica, política das grandes empresas do setor hoteleiro sobre populações locais e povos originários.
- Diversificar o turismo em Fortaleza, possibilitando e fortalecendo o turismo cultural, turismo gastronômico desportivo. Uma política de incentivo ao aquecimento da economia e aumento da receita através do potencial turístico da cidade.
- Incentivar um rota turística litorânea diversificada (para além da Avenida Beira Mar e Praia de Iracema) articulando a Barra do Ceará até a Sabiaguaba, passando pela Vila do Mar, Mucuripe, Caça e Pesca e Praia da Sabiaguaba (fortalecendo nesses dois últimos o turismo ecológico e a economia local).
- Retomar o caráter de polo gastronômico e o potencial turístico do Mirante de Fortaleza (ponto mais alto da cidade) localizado entre a Praia do Mucuripe e o Farol.

RELAÇÕES E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

- Promover a cooperação internacional nas áreas da educação, cultura, esportes, desenvolvimento científico e saúde com Cuba, país referência na América Latina em todos esses setores.

- Aproveitar a janela de oportunidades para parcerias na área de infraestrutura, ciência e tecnologia com países que respeitem a autonomia dos povos, a exemplo do chamado diálogo sul-sul.

- Prestar a solidariedade aos povos oprimidos, que sofrem com a opressão do imperialismo, que se expressa nas guerras, bloqueios econômicos, ingerência política e catástrofes ambientais, a exemplo do que hoje ocorre com o povo cubano (através de um bloqueio de décadas), com o povo palestino (que sofre genocídio em seu próprio território), com o povo sírio (vítimas de uma guerra de rapina), os imigrantes que partem para a Europa e diversos outros povos que sofrem com os efeitos do maior mal de todos: o capitalismo.